

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – CAMPUS LITORAL  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM QUESTÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA  
INTERDISCIPLINAR  
MARIA DERLI DE OLIVEIRA MORAIS**

**DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL: LEVANTAMENTO DAS EXPRESSÕES DA  
QUESTÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO DO CRAS TUPY, MUNICÍPIO DE  
ARAUCÁRIA – PARANÁ**

**MATINHOS  
2017**

**MARIA DERLI DE OLIVEIRA MORAIS**

**DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL: LEVANTAMENTO DAS EXPRESSÕES DA  
QUESTÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO DO CRAS TUPY, MUNICÍPIO DE  
ARAUCÁRIA – PARANÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Questão Social na Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Helena Midori Kashiwagi

MATINHOS

2017

## PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela orientadora Profa Dra Helena Midori Kashiwagi, realizaram em 09 de dezembro de 2017 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante Maria Derli de Oliveira Marais sob o título "Diagnóstico Socioterritorial: Levantamento das Expressões da Questão Social no Território do Cras Tupy, Município de Araucária - Paraná", sendo requisito parcial para obtenção do Título de *Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo recebido conceito " APL ".

Matinhos, 09 de dezembro de 2017



Prof. Dra Helena Midori Kashiwagi



Prof. Mga Miriam Cristina Lopes



Prof. Dra Giselle Avila Leal de Meirelles



Maria Derli de Oliveira Marais

**Conceitos de aprovação**  
APL – Aprendizagem Plena  
AS – Aprendizagem Suficiente

**Conceitos de reprovação**  
APS – Aprendizagem Parcialmente Suficiente  
AI – Aprendizagem Insuficiente

### OBSERVAÇÃO:

Caso o (n) Estudante seja orientado(a) a reformular seu trabalho, deve-se registrar no verso os requisitos apontados pela Banca para o aceite final do trabalho.

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso trata-se de um Diagnóstico Social (não é monografia) importante instrumento utilizado na gestão pública e para a gestão social socioterritorial e tem como objetivo desvelar as expressões da questão social que se manifestam no território do bairro Campina da Barra, no município de Araucária/Paraná. Para tanto, utilizou-se o método de diagnóstico participativo, no qual foram aplicadas as abordagens quantitativa e qualitativa, em forma de entrevista semi-estruturada em formulários entregue para as agentes comunitárias da Unidade Básica Local. Visando explorar a temática, foram coletadas informações do Cadastro Único dos beneficiários para caracterizar o perfil socioeconômico das famílias atendidas no CRAS Tupy, município de Araucária, e utilizados os dados do Diagnóstico Social elaborado pela SMAS, para demonstrar o perfil socioeconômico das famílias atendidas no Bairro Campina da Barra, deste município. A partir dos dados analisados por esse Diagnóstico foi possível identificar questões relevantes sobre a situação atual do Bairro Campina da Barra, território do CRAS Tupy. Além de promover o levantamento quanto às necessidades do território, buscou-se observar outras incidências que, mesmo indiretamente, acabam por influir na condição do Município em promover soluções para os problemas detectados.

**Palavra-Chave:** Diagnóstico social, território, questão social, rede socioterritorial.

## **ABSTRACT**

This Course Conclusion is a Social Diagnosis (not a monograph) an important tool used in public management and for social and territorial management and aims to unveil the expressions of the social question that are manifested in the territory of the Campina da Barra neighborhood , in the municipality of Araucária / Paraná. For this, the participatory diagnostic method was used, in which the quantitative and qualitative approaches were applied, in the form of a semi-structured interview in forms delivered to the community agents of the Local Basic Unit. In order to explore the theme, information was collected from the Single Register of the beneficiaries to characterize the socioeconomic profile of the families served in CRAS Tupy, Araucária municipality, and used the data from the Social Diagnosis prepared by SMAS to demonstrate the socioeconomic profile of families assisted in the neighborhood Campina da Barra, of this municipality. From the data analyzed by this Diagnosis it was possible to identify relevant questions about the current situation of the Campina da Barra Neighborhood, CRAS Tupy territory. Besides promoting the survey on the needs of the territory, we sought to observe other incidents that, even indirectly, end up influencing the condition of the Municipality in promoting solutions to the problems detected.

**Keyword:** Social diagnosis, territory, social issue, socio-territorial network.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

FIGURA 1: ORGANOGRAMA DO ORGÃO GESTOR SMAS .....	14
--	----

## **LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 1: Pirâmide etária (dados adicionais) .....	27
GRÁFICO 2: Pirâmide etária pessoas no bairro .....	28
GRÁFICO 3: PROBLEMAS SOCIAIS .....	43
GRÁFICO 4: PUBLICO ATENDIDO .....	44

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1: UNIDADES EXTERNAS DA SMAS .....	15
TABELA 2: MAPA DA REDE TERRITÓRIO CAMPINA DA BARRA .....	39
TABELA 3: ESTABELECIMENTOS NO BAIRRO .....	42
TABELA 4: PÚBLICO ATENDIDO .....	45

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CADÚNICO	– Cadastro Único
CAPS	– Centro de Atenção Psicossocial
CATU	– Companhia Araucariense de Transporte Urbano
CEP	– Código Endereçamento Postal
CIAR	– Centro Industrial de Araucária
CIEE	– Central de Integração Empresa Escola
CMAEE/TGD	– Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado/Transtorno Global do Desenvolvimento
CMEI	– Centro Municipal de Educação Infantil
CMTC	– Companhia Municipal de Transporte Coletivo Araucária
COHABITAR	– Companhia Municipal de Habitação de Araucária
CGI	– Comitês de Gestão de Indicadores
CRAS	– Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	– Centro de Referência Especializado da Assistência Social
DRP	– Diagnóstico Rápido Participativo
EMUDAR	– Empresa Municipal de Urbanização, Habitação e Desenvolvimento Sustentado de Araucária
FEM	– Feminino
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDB	– Indicadores e Dados Básicos para Saúde
LA	– Liberdade Assistida
LGBT	– Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LOAS	– Lei Orgânica da Assistência Social
MASC	– Masculino
MCidades	– Ministério das Cidades
MDS	– Ministério do Desenvolvimento Social
OMS	– Organização Mundial de Saúde
PAEFI	– Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	– Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	– Programa Bolsa Família
PCD	– Pessoa Com Deficiência
PMA	– Prefeitura Municipal de Araucária
PNAS	– Política Nacional de Assistência Social
PR	– Paraná
PNDU	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSB	– Proteção Social Básica

PSC	– Prestação de Serviço Comunitário
PSDE	– Proteção Social Especial
RMC	– Região Metropolitana de Curitiba
RIPSA	– Rede Interagencial de Informações para Saúde
RIT	– Rede Integrada de Transporte
SCFV	– Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos
SENAD	– Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
SGD	– Sistema de Garantia de Direitos
SMAS	– Secretaria Municipal de Assistência Social
SUAS	– Sistema Único de Assistência Social
TRIAR	– Transporte Integrado de Araucária
UAS	– Unidade de Atendimento Social
UBS	– Unidade Básica de Saúde
URBS	– Urbanização de Curitiba S.A



## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	<b>10</b>
<b>1 O CRAS na perspectiva da PNAS</b> .....	<b>12</b>
1.1 A Política de Assistência Social.....	12
1.2 A Secretaria Municipal de Assistência Social.....	14
1.3 O CRAS Tupy de ontem e de hoje .....	16
<b>2 O município de Araucária</b> .....	<b>19</b>
2.1 O histórico do município Araucária .....	19
2.2 A cidade de Araucária .....	24
2.3 O território do CRAS Tupy – Bairro Campina da Barra .....	26
2.4 Mapa da Rede CRAS Tupy .....	36
<b>3 Apresentação dos dados do território</b> .....	<b>40</b>
3.1 Metodologia do Diagnóstico Social .....	40
3.2 Pesquisa e Análise dos dados .....	42
<b>4 Considerações Finais</b> .....	<b>48</b>
<b>Referências</b> .....	<b>50</b>
<b>Anexos</b> .....	<b>52</b>
<b>Anexo 1- Secretaria Municipal da Assistência Social</b> .....	<b>52</b>
<b>Anexo 2 - Pesquisa de Campo</b> .....	<b>53</b>
<b>Anexo 3 - Termo de Livre Consentimento</b> .....	<b>57</b>

## INTRODUÇÃO

O presente diagnóstico refere-se a um estudo das características do território de abrangência do Cras Tupy, localizado no Bairro Campina da Barra, município de Araucária/PR, que tem por objetivo apresentar dados sobre sua realidade socioeconômica e cultural com ênfase nas especificidades do território do CRAS Tupy.

O documento foi construído de forma dinâmica, com a finalidade, de conhecer e compreender a realidade, a partir dos aspectos sociais, políticos, econômicos e geográficos do Bairro, bem como, resgatar o papel da comunidade como sujeitos de suas próprias demandas e potencialidades.

A realização deste diagnóstico apresenta a possibilidade da equipe de referência do CRAS aprofundar conhecimentos sobre as características do território e sobre a realidade local, contribuindo para o planejamento local de ações preventivas da Proteção Social Básica (SMAS, 2012).

Assim, o conhecimento da realidade e a sistematização do presente documento, subsidiará o processo de tomada de decisões, já que, reúne e transforma dados em informações úteis. Além disso, poderá ser utilizado para orientação da gestão municipal nos processos de implementação e acompanhamento de políticas e programas sociais, bem como fonte de pesquisa e trabalho para pesquisadores e estudiosos da realidade social.

No capítulo 1, intitulado o CRAS NA PERSPECTIVA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, apresentaremos o marco referencial e um breve relato da trajetória da PNAS com ênfase no SUAS detalhando a PSB a qual está vinculado o CRAS. Neste mesmo capítulo apresentaremos o CRAS Tupy, breve histórico, instalações, recursos humanos e serviços desenvolvidos no território.

No capítulo 2, faremos um resgate histórico do município de Araucária, descrição do território e mapeamento da rede socioassistencial, apresentaremos o Bairro Campina Da Barra a luz dos dados do CADÚNICO e o mapa da rede socioassistencial do território. Para o diagnóstico socioterritorial foram utilizados dados estatísticos extraídos de site IBGE, referente ao Censo 2010 e dados do CADÚNICO do Governo Federal referente ao público atendido pelo CRAS Tupy, contemplando informações como faixa etária, escolaridade e renda, além de outras informações importantes.

No capítulo 3, apresentaremos a metodologia para aplicação do Diagnóstico Rápido Participativo, etapas do processo, resultados e análise de dados.

Finalizando, apresentaremos as considerações finais e referências bibliográficas.

## **1. O CRAS NA PERSPECTIVA DA PNAS**

### **1.1 A Política de Assistência Social**

A Constituição Federal de 1988 abre uma nova era para a cultura política da Assistência Social, constituída de marcos históricos importantes como a Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS de 1993 que tornou a Política de Assistência Social direito do cidadão e dever do Estado, integrando a política de Seguridade Social e mais recentemente o SUAS que vem reafirmar e materializar todo o conteúdo da LOAS e da Política Nacional de Assistência Social - PNAS de 2004.

A LOAS em consonância com a referida constituição modifica sobremaneira a Política de Assistência Social e de acordo com Yazbek (2004) acentua na política a centralidade do Estado na garantia do direito e principalmente na universalização do acesso a bens e serviços sociais.

O SUAS, sistema que ganhou espaço e notoriedade na última década, criado em 2005, propõe um modelo de gestão descentralizado e participativo, e constitui-se na regulação e organização em todo território nacional das ações socioassistenciais. Pressupõe gestão compartilhada, cofinanciamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnicas-políticas da União, Estados, e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil.

Contém em seus princípios e diretrizes um direcionamento que corrobora com o ideal constitucional, trazendo para a atual conjuntura uma cultura política que pretende ser diferenciada, uma vez que pautada na materialização, organização e sistematização da Política de Assistência Social e fundamentada na perspectiva do direito.

No SUAS as ações são organizadas tendo como referência o território (local) onde as pessoas vivem, considerando suas demandas e necessidades. Os programas e benefícios sociais são desenvolvidos nos territórios mais vulneráveis, tendo a família como foco de atenção – matricialidade familiar.

Os programas e projetos da assistência social no SUAS são organizados em dois níveis de proteção: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE). A assistência social visa oferecer um conjunto de programas, serviços e

benefícios de prevenção, proteção e enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco e de promoção e defesa de direitos.

A PSB tem como objetivo a prevenção por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. As ações desenvolvidas e/ou coordenadas nas unidades públicas denominados Centros de Referência da Assistência Social - CRAS.

A PSE tem por finalidade proteger de situações de risco as famílias e indivíduos cujos direitos tenham sido violados ou que já tenha ocorrido rompimento dos laços familiares e comunitários. As ações são desenvolvidas nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS.

Conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009), os serviços devem ser organizados por níveis de complexidade no SUAS em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, de acordo com a disposição abaixo:

I - Serviços de Proteção Social Básica: a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas. II - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade: a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); b) Serviço Especializado em Abordagem Social; c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. III - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade: a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: - abrigo institucional; - Casa-Lar; - Casa de Passagem; - Residência Inclusiva. b) Serviço de Acolhimento em República; c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências. (Brasil, 2009)

Para que o SUAS funcione, o Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO) é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país para fins de inclusão em programas de assistência social e redistribuição de renda.

O CADÚNICO é utilizado para seleção de beneficiários e inclusão em programas, projetos e benefícios sociais voltados aos atendimentos do público alvo da Política Nacional da Assistência Social. Além do Programa Bolsa Família (PBF)

do Governo Federal, o CADÚNICO é a principal porta de entrada para os demais programas federal, estadual e municipal, tais como: Minha Casa Minha Vida, Tarifa Social de Energia Elétrica, Programa do Leite, Carteira de Viagem interestadual para Idoso, entre outros.

O CADÚNICO é um importante indicador social, pois é possível saber também quantas famílias/indivíduos são beneficiários do PBF e quantos estão em situação de extrema vulnerabilidade, entre outros dados relativos à moradia, documentação, escolarização, emprego e renda. Além de caracterizar as famílias, o CADÚNICO também pode mapear o território trazendo uma fotografia real dos bolsões de pobreza, lugares com maior incidência de falta de saneamento básico, falta de vaga na escola, desemprego, famílias chefiadas por mulheres, entre outros aspectos sociais.

## 1.2 A Secretaria Municipal de Assistência Social

O SUAS é operacionalizado na Secretaria Municipal da Assistência Social (SMAS), que tem papel primordial na execução da Política de Assistência Social no município de Araucária. Atualmente a composição do órgão gestor da SMAS (FIGURA 1):

**FIGURA 1: ORGANOGRAMA DO ORGÃO GESTOR SMAS**



FONTE: A autora (2017).

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Cristiane Inez Martins Dehaini - Secretária  
 DIREÇÃO GERAL: Leonardo Ferreira - Diretor  
 DIREÇÃO DE DEPARTAMENTO: Neiva Luz dos Santos Silva Munhoz - Diretora  
 GESTÃO DO SUAS: Carlos Alberto de Souza Carvalho – Coordenador

**TABELA 1: UNIDADES EXTERNAS DA SMAS**

Unidades Externas da SMAS	
COMSE	3901-5376
CREAS	3901-5224
CASA DACIDADANIA	3905-6061
CASA DE ACOLHIMENTO	3905-6041
CRAS CALIFORNIA	3901-6172
CRAS COSTEIRA	3901-5220
CRASTUPY	3901-5333
CRAS INDUSTRIAL	3901-5047
CRAS THOMAZ COELHO	3901-5310
CRAS CENTRO	3901-5057
CRAS BOQUEIRÃO	3901-6800
UAS CSU	3901-5495
GESTÃO BOLSA FAMILIA	3614-1557
CENTRO DE CONVIVENCIA/DIA IDOSO	3901-5196
PROGRAMA DO LEITE	3614-1544
ALMOXARIFADO SMAS	3901-5058
CASA DOS CONSELHOS	3901-5221
ADOLESCENTE APRENDIZ	3901-5364
ADOLESCENTRO INDUSTRIAL	3901-5327
ADOLESCENTRO COSTEIRA	3901-5326
ADOLESCENTRO ESPERANÇA	3901-6031
ESPAÇO MENINA	3901-5323

FONTE: A autora (2017).

### **1.3 O CRAS Tupy de ontem e de hoje**

O atendimento aos usuários da assistência social é desenvolvido por um equipamento denominado Núcleo de Serviços sociais desde meados de 1990. Com a implementação do SUAS no município de Araucária, o CRAS Tupy foi inaugurado em julho de 2008 num processo de organização gradual de suas ações no território seguindo as exigências da PNAS. O primeiro espaço do CRAS Tupy era localizado a rua das Dálías 1945, jardim Tupy, cujas atividades eram realizadas numa casa alugada que não apresentava estrutura e nem condições de acessibilidade previstas na legislação. Neste espaço havia 01 sala de recepção e acolhimento, 02 salas para atendimento particularizado, 01 sala da coordenação, 01 garagem que era utilizada para atividades dos grupos e apenas 01 banheiro compartilhado entre masculino e feminino para usuários e servidores.

Devida precariedade do espaço físico do CRAS Tupy, a execução dos SCFV era realizada em outro imóvel denominado barracão do Jardim Dampezzo, localizado na abrangência do CRAS, sendo necessário o deslocamento da equipe até o local das atividades.

Em 2014 o CRAS Tupy mudou-se para o endereço atual, em prédio próprio da PMA, está localizada a Rua Jardineira. 357. Bairro: Campina Da Barra (CEP: 8370931 – Araucária / PR).

O imóvel novo conta com uma estrutura espaçosa e muitas salas, sendo: 01 sala para Recepção e acolhida; Espaço para atividade administrativa (conjugado com a recepção); 02 banheiros para funcionários (masc/fem); 03 Sala para entrevista Cadunico; 01 sala para arquivo dos cadastros dos usuários; Sala da coordenação; 03 salas para atendimento particularizado; 01 cozinha; 01 área de serviço; 03 banheiros para usuários (masc/fem/PCD); 01 sala para almoxarifado; 01 sala multifuncional para educadores; 01 salão pequeno para reuniões (comporta até 30 pessoas); 01 salão grande para atividades (comporta até 200 pessoas); 01 sala para SCFV; Estacionamento; Área externa (parte com calçada e parte com grama) e Área externa para horta comunitária.

Apesar da ótima estrutura do imóvel, o SCFV não migrou para o CRAS Tupy inicialmente, permanecendo suas atividades no mesmo barracão do Dampezzo com uma coordenação própria, serviço denominado Adolescentro Tupy. No mês de abril de 2016, o Adolescentro Tupy passou a executar suas atividades no CRAS Tupy,



entretanto continuava com uma coordenação autônoma ao CRAS. Finalmente em setembro de 2016, o Adolescento Tupy passou a fazer parte integral dos SCFV do CRAS Tupy sob a mesma coordenação.

Atualmente o CRAS Tupy conta com a seguinte equipe de trabalho<sup>1</sup>:

01 coordenação – servidor público

02 Assistentes sociais- servidor público

02 psicólogas – servidor público

01 administrativo - (cargo vago na época)

03 educadores sociais – servidor público

01 estagiaria de serviço social – contrato de estágio CIEE

01 estagiaria de pedagogia – contrato de estágio CIEE

01 serviço gerais – empresa terceirizado

O CRAS atua como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), responsável pela oferta serviços e ações de proteção social básica tendo como principais serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Conforme a Resolução 109 de 11 de novembro de 2009, o CRAS desenvolve as seguintes atividades<sup>2</sup>:

Acolhida; estudo social; visita domiciliar; orientação e encaminhamentos; grupos de famílias; acompanhamento familiar; atividades comunitárias; campanhas socioeducativas; informação, comunicação e defesa de direitos; promoção ao acesso à documentação pessoal; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania; conhecimento do território; cadastramento socioeconômico; elaboração de relatórios e/ou prontuários; notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social; busca ativa. (Brasil, 2009)

Atualmente o CRAS Tupy executa as principais atividades e serviços: atendimento particularizado individual e/ou familiar; execução do PAIF, administração do Programa Renda Cidadã no território e Oficina Roda da Cidadania;

---

<sup>1</sup>Equipe constituída em junho de 2017.

<sup>2</sup>Mês de referência julho de 2017.

cadastramento do Cadunico; SCFV e articulação com a Rede Socioassistencial e Rede de Proteção Tupy.

Os grupos do SCFV estão divididos em 04 para adolescentes de 12 a 17 anos, 01 grupo para mulheres denominado Grupo Amigos, 01 grupo intergeracional denominado Arte e Vida com atividades de artesanato, 01 grupo misto denominado Horta que realiza atividades na horta comunitária do CRAS Tupy. Os SCFV atendem mensalmente cerca de 150 participantes. O programa Rende Cidadã atende cerca de 120 famílias beneficiárias desse programa de transferência de renda municipal, tendo como frequência mensal nas oficinas de 90 pessoas.

## **2. O MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA**

### **2.1 O histórico do município Araucária**

O município de Araucária tem histórico de povoamento que remonta a época do descobrimento do Brasil, consta que no local havia grandes aldeias indígenas (PMA, 2014).

A origem histórica de Tindiquera, nome de origem guarani de onde vem o município de Araucária, consta que a numerosa família dos “Maia” residia na pequena Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, que mais tarde tornou-se a grande Curitiba, os relatos afirmam que eram homens valentes e impetuosos e que mantinham relações conturbadas com as autoridades e outros povoadores do lugar. Os conflitos deram-lhe a condição de pessoas indesejáveis obrigando-os a se afastar da vila e a se refugiarem em lugares distantes, a fim de evitar ação da justiça, o local escolhido pela família Maia foi no povoado de Tindiquera, situado as margens do rio Iguaçu, numa antiga aldeia indígena (PMA, 2014).

Segundo outro pesquisador, a cidade nasceu de uma concentração de imigrantes eslavos, voltados inicialmente para a agricultura pelas condições propícias de clima e solo, com o cultivo de culturas como o trigo, milho, batata, hortaliças, fruticultura e avicultura (NOVITSKI, 2016).

Na época do descobrimento do Brasil haviam grandes aldeias indígenas registradas pelos viajantes que aqui estiveram nos séculos XVI e XVII em seus mapas da época, a região onde está localizada Araucária, já era conhecida como Tindiquera (NOVITSKI, 2016).

O Capitão Mor Gabriel de Lara doou uma sesmaria a Domingos Rodrigues da Cunha e seus filhos na região de Tindiquera em 1668. Eram proprietários de terras na região no final do século XVII, o Alferes Gaspar Carrasco dos Reis, Luiz da Cunha, Garcia Rodrigues Velho, o Capitão Manoel Ricam de Carvalho e o médico prático Paschoal Fernandes Leite, entre outros. Os habitantes de Tindiquera, bem como de todo Paraná, viviam em extrema pobreza. (NOVITSKI, 2016)

A Capela de Nossa Senhora da Luz de Tindiquera foi elevada a Capela Curada em 1.837, um ano depois foram estabelecidas as primeiras divisas do bairro. A população foi transferindo-se para as margens do Rio Iguaçu gradativamente, e a

sede do curato de Tindiquêra passa para o local em que estava a capela de “Nossa Senhora dos Remédios do Yguassú” (NOVITSKI, 2016).

Através da Lei Provincial Nº 021, de 28 de fevereiro de 1.858, foi criada a Freguezia do Iguassú, entretanto 10 anos mais foi desligada de Curitiba e anexada como distrito de São José dos Pinhais até 1.888, quando volta a ser administrado por Curitiba (NOVITSKI, 2016).

Segundo Novitski (2016), a corrente imigratória começou a partir de 1.876, tempo do Império, principalmente por poloneses seguidos por alemães, italianos, russos, ucranianos, que notavelmente deram à região um surto de progresso, modificou a paisagem da região, com grande desenvolvimento da agricultura. No diagnóstico (PMA, 2014) consta que numa ação conjunta de russos, poloneses e alemães fundaram a Colônia Thomaz Coelho. Foi somente na década de 1950 que iniciou a imigração japonesa. (NOVITSKI, 2016)

Sobre a economia local, mesmo não possuindo ouro Tindiquêra atraiu alguns interessados pela pequena região de campos incrustada e cercada por matas onde predominava a Araucária e a Imbuia. O trabalho consistia em cultivar a terra e criar gado em pequena escala, produzindo apenas o suficiente para o sustento das famílias. O isolamento em que viviam e a ausência do mercado consumidor impossibilitava qualquer tipo de comércio, até que surgiu na região um pequeno porto para canoas, conhecido como Passo das Laranjeiras e a partir daí se ergueu o aglomerado de pessoas que formariam a Vila de Araucária (NOVITSKI, 2016).

Tindiquêra era também passagem obrigatória entre Curitiba e Lapa. No final do século XVIII, a região produzia feijão, milho, fumo, toucinho, erva-mate e trigo. Inicialmente a erva-mate, inicialmente, atendia apenas o consumo local, mais tarde o produto passou a ser exportado e Araucária era ponto de parada obrigatória para quem transportava erva-mate da Lapa para Curitiba (NOVITSKI, 2016).

Com 2.565 habitantes em 1866 a Freguezia do Iguassú contava com 125 escravos que trabalhavam na agricultura e nos engenhos de soque. A exploração da erva-mate era uma atividade exclusivamente masculina e perdurou até a década de 1940 quando houve o declínio das exportações para a Argentina, que se tornou autossuficiente. A exploração comercial da madeira iniciou-se na Freguezia do Iguassú a partir do século XIX e foi até a década de 1930, quando entra em crise pela devastação das reservas (NOVITSKI, 2016).

A criação do Município deve-se ao encaminhamento feito pelo Major Sezino Pereira de Souza (chefe político da região), redigido pelo médico Dr. Victor do Amaral, de uma petição em forma de abaixo-assinado ao então Governador do Estado, o contra-almirante José Marques Guimarães, solicitando que a Freguesia do Iguassú fosse elevada a Vila e logo em seguida, fosse criado o Município. Assim, pelo Decreto Estadual Nº 40, de 11 de fevereiro de 1.890, foi criado o Município de Araucária<sup>3</sup>, que teve seu nome sugerido pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral. O primeiro administrador de Araucária, como intendente, foi o Major Sezino Pereira de Souza (NOVITSKI, 2016).

#### **DECRETO Nº 40/1890**

O Contra Almirante José Marques Guimarães, Governador do Estado do Paraná, atendendo ao que lhe requerem os moradores da Freguesia do Iguassu e localidades vizinhas decreta: Art. 1º. O povoado da Freguesia do Iguassú é elevado à categoria de vila, com a denominação de “Araucária”. Art. 2º. A Villa de Araucária será sede de um Município que terá por divisas: a leste, os rios das Antas, Maurício, Iguassu e Barigüy até a estrada da Villa do Rio Negro ao norte, em rumo do oeste, pelos limites da Colônia Thomáz Coelho até o Rio Verde a oeste por este Rio até o Iguassu, na foz do Ribeirão Izabel Alves até sua nascente d’ahi em procura das dos Rios Turvo que corta a estrada da Areia Branca até o Rio da Várzea ao sul por este Rio até a Foz das Antas. Art. 3º. É nomeada uma Intendência Municipal para a Villa de Araucária, composta dos seguintes cidadãos: Presidente – Major Sezino Pereira de Souza Vice-Presidente – Capitão Veríssimo de Souza Marques Vogaes – Padre Francisco Soja, Major Joaquim Gonçalves Palhano, Antônio Arlindo Pereira, Francisco Ramiro Assis França e Valter Joslin. Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário. Palácio do Governo do Estado do Paraná, em 11 de fevereiro de 1890. José Marques Guimarães.

O primeiro Prefeito eleito de Araucária, o Sr. Manoel Gonçalves Ferreira e a primeira eleição municipal realizou-se no dia 22 de setembro de 1.892 e em 1.911, foi criado o Termo Judiciário e em 1.919, o Município foi elevado à categoria de Comarca. Em 1947 foi criado o distrito de Guajuvira e o Município perde temporariamente sua categoria de Comarca, ficando subordinado a São José dos Pinhais por quatro meses até recuperar sua categoria de comarca em 1949 (NOVITSKI, 2016).

A cidade começou a sofrer influências do desenvolvimento industrial com a implantação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – REPAR, em 1972, servindo de

---

<sup>3</sup> Gentílico: araucariense.

sede a novas indústrias, com geração de empregos e o deslocamento de trabalhadores da área rural para a urbana. Adapta-se ao processo de industrialização, mantendo suas características agrícolas, o que a torna um importante pólo agroindustrial (NOVITSKI, 2016).

O crescimento econômico da região proporcionou a abertura de mercado para outras atividades geradoras de emprego para a população como olarias, cerâmicas, moinhos, fábricas de palhões, de massa de tomate, de caixas de madeira, de linho, de fósforo, de balas, de bolachas e torrefação de café (NOVITSKI, 2016).

Em 1973 com a criação do CIAR (Centro Industrial de Araucária), ocorreu um crescimento bastante acentuado e uma inversão no quadro populacional, econômico e social do Município, em que a população urbana passou a superar a rural com a vinda de um contingente populacional de vários pontos do país e a economia que se baseava na agricultura e pecuária passou a ser predominantemente industrial/urbana (NOVITSKI, 2016).

O município de Araucária traz em seu memorial o histórico da Linha do Trem, famosa por cortar toda a cidade. A linha unindo Curitiba a Ponta Grossa teve o seu primeiro trecho aberto em 1891, chegando a Ponta Grossa em 1894. Mais ou menos na metade do caminho, em Araucária situava-se a estação de Serrinha, na margem direita do rio Iguassu, dava saída ao ramal de Rio Negro, que seguia para o sul, enquanto a linha de Ponta Grossa seguia para noroeste (GIESBRECHT, 2016).

Nos anos 1930 e 40, houve algumas modificações no traçado na região de Serrinha, e o entroncamento passou a ser feito na estação de Engenheiro Bley, próximo a Serrinha, porém na margem esquerda do rio. No final dos anos 1969, uma variante ligando esta última a Ponta Grossa tirou várias estações da linha; em 1977, a variante Pinhais-Engenheiro Bley tirou mais outras, modificando totalmente o curso do ramal original. No início dos anos 1990, já não sobrava mais nada da antiga linha em seu leito original (GIESBRECHT, 2016).

A estação de Araucária foi aberta em 1891, com a linha que ligava Curitiba à estação de Serrinha e o bairro Estação teve seu nome originado na localização da estação ferroviária de Araucária, que ali ficava. A PR423, rodovia que liga Araucária ao vizinho município de Campo Largo, está aproximadamente 400 m de onde era a estação. Essa estrada de ferro era utilizada para comboios de vagões carregando gado e também tanques militares do batalhão do Exército vindos de Ponta Grossa e

do norte do Paraná, além dos trens de subúrbio, que eram composições mistas de carga e passageiros que na época era único meio de transporte até a capital (GIESBRECHT, 2016).

A primeira estação de Araucária era de madeira e foi destruída por um incêndio devido a um curto-circuito, em outubro de 1961, um ano mais tarde foi construído um novo prédio de alvenaria para a estação, que foi desativada em 1977 e demolida por volta de 1978. Chegou a atender trens de subúrbio no trecho Curitiba-Passaúna por 27 anos, a estação de Araucária ficava junto a um trevo da avenida que atualmente possui um monumento apelidado de "Parafuso". Nesse ano de 1977, a linha foi substituída pela variante Pinhais-Engenheiro Bley, passando bem mais ao sul de Curitiba, e teve os trilhos retirados no início dos anos 1990. Nessa variante, uma estação com o mesmo nome foi aberta, Araucária-nova e está ativa até os dias atuais (GIESBRECHT, 2016).

As duas primeiras linhas de transporte coletivo foram criadas oficialmente em abril de 1963, na gestão do prefeito Ignácio Kampa, onde primeira linha fazia a ligação da Praça Dr Vicente Machado até Avenida Manoel Ribas, já a segunda seguia Avenida Manoel Ribas até a antiga rua Jerônimo Druszcz (CMTC, 2017).

Em julho de 1986 foi criada a CATU – Companhia Araucariense de Transporte Urbano, que fica responsável em explorar o transporte coletivo municipal, fixar as normas e padrões de execução deste transporte, propor as normas gerais e os padrões de prestação dos serviços, além de administrar, operar e explorar os terminais rodoviários, pontos de paradas, transporte escolar e fretamento em geral, assim como o transporte intermunicipal. Em 1993, o sistema de Transporte Integrado de Araucária – TRIAR passou a fazer parte da RIT – Rede Integrada de Transporte, gerenciada pela URBS – Urbanização de Curitiba S.A., garantido à população a possibilidade de integração com os ônibus que fazem a ligação com Curitiba e região metropolitana nos Terminais da cidade (CMTC, 2017).

Em setembro de 1999, a CATU dá lugar a EMUDAR – Empresa Municipal de Urbanização, Habitação e Desenvolvimento Sustentado de Araucária, acrescentando às suas atividades o gerenciamento da habitação popular do município. Em abril de 2005, a EMUDAR passa a ser denominada CMTC – Companhia Municipal de Transporte Coletivo Araucária, ficando responsável exclusivamente pelo gerenciamento do serviço de transporte coletivo de passageiros, terminais rodoviários e pontos de parada, transporte escolar, transporte

de passageiros em veículos automotores tipo táxi e fretamentos em geral, transferindo a responsabilidade da habitação popular à COHABITAR – Companhia Municipal de Habitação de Araucária, criada a mesma época (CMTC, 2017).

O Transporte Integrado de Araucária (Triar) é o sistema de transporte coletivo municipal e a gerência e fiscalização deste sistema está sob a responsabilidade da Companhia Municipal de Transporte Coletivo de Araucária (CMTC). O Sistema Triar possui dois terminais, Central e Angélica, além de uma Estação de transferência na Avenida Manoel Ribas. As linhas são, basicamente, divididas em dois grupos por área de abrangência: urbana e rural (CMTC, 2017).

Na área urbana, existem duas linhas troncais, conhecidas por linhões, que circulam nas vias principais de Araucária, ligando com mais rapidez dois pontos extremos da cidade: bairro Tupi e Terminal Angélica. Todas as linhas da área urbana têm trajetos padronizados. Já na área rural, os trajetos variam de acordo com o horário de saída. Devido à extensão da área rural, que abrange aproximadamente 70% do município, as linhas rurais geralmente são mais longas e com viagens mais demoradas, se comparadas com as urbanas. Outro destaque é a linha “Tupi-Pinheirinho”, que liga a região do bairro Tupi diretamente à Curitiba, pela BR-116, sem necessidade de trafegar pelo centro de Araucária (CMTC, 2017).

Por mês, são transportados em média 841.587 passageiros para 580 mil quilômetros rodados. Do total de passageiros transportados em 2016, 12,21% são isentos do pagamento de tarifa e 2,47% são estudantes da rede pública, que por sua vez, pagam metade do valor da tarifa (CMTC, 2017).

O Município de Araucária faz parte do centro mais ativo e desenvolvido do Estado, com área de influência em crescente expansão e destaque na Região Sul do País. Integrada à Região Metropolitana de Curitiba – RMC, no primeiro planalto paranaense, Araucária ocupa uma área de 460,85 km<sup>2</sup>, situa-se a 857m do nível do mar (NOVITSKI, 2016).

Estrategicamente localizado em relação ao Mercosul, o Centro Industrial de Araucária – CIAR, com 46.137.500,00m<sup>2</sup> de área destinada ao polo industrial, sediando as indústrias já instaladas e reservada às novas implantações, conta com matéria-prima local disponível para atender, principalmente a Agroindústria e a Petroquímica, com infraestrutura, acesso rodoferroviário e fácil conexão com aeroportos e portos marítimos (NOVITSKI, 2016).



A Cidade que é situada às margens do Rio Iguaçu, é cortada pela BR-476 – Rodovia do Xisto, via de interligação da Região Sudoeste do País. Está a 27 km do centro de Curitiba (NOVITSKI, 2016).

A população atual é formada por descendentes dos primeiros habitantes da região (luso brasileiros, índios e negros) por descendentes de imigrantes poloneses, italianos, ucranianos, sírios, alemães, japoneses e por migrantes vindos de outras regiões, atraídos pela industrialização, a partir da década de 70 (NOVITSKI, 2016).

## **2.2 A cidade de Araucária (IBGE, 2010)**

- População estimada 119.123<sup>4</sup>
- Território: 471,33 km<sup>2</sup>
- Altitude: 897 metros
- Instalação: 01/03/1890
- Latitude: 25° 35' 35" S
- Longitude: 49° 24' 37" W
- DDD: 41
- CEP: 83700-000
- Distâncias: está a 27 km do centro de Curitiba
- Aeroporto – 32km
- Paranaguá (porto) – 102km

### Limites

- Norte: Campo Largo
- Sul: Contenda, Quitandinha
- Leste: Curitiba, Mandirituba e Fazenda Rio Grande
- Oeste: Campo Largo, Contenda e Balsa Nova

### Acessos

- Área Urbana = 84,00 km<sup>2</sup> – 18,23%
- Área Rural = 376,85 km<sup>2</sup> – 81,77%
- Área do Município = 460,85 km<sup>2</sup> – 100,00%
- Corresponde a 5,35% da RMC

---

<sup>4</sup> População estimada em 2017: 137.452 pessoas

Araucária situa-se numa região de clima subtropical quente-temperado, sempre úmido, variando de verões frescos a invernos frios com ocorrência de geadas. Araucária é irrigada por quatro bacias hidrográficas: Rio Iguaçu, Rio Passaúna, Rio Barigüi e Rio Cachoeira. As condições de drenagem são favoráveis face às características naturais do terreno situadas entre o divisor de águas da Represa do Passaúna e do Rio Barigüi (NOVITSKI, 2016).

A área apresenta um relevo relativamente suave, com altitudes variando entre 860 e 940 metros, os principais cultivos são: Milho, Feijão, Batata, Repolho, Cebola, Hortaliças em geral, Soja, Pêssego e Ameixa (NOVITSKI, 2016).

- Localidades de Expansão Urbana: Guajuvira e General Lúcio
- Localidades Urbanas: Barigüi, Passauna, Boqueirão, Porto das Laranjeiras, Cachoeira, Sabiá, Campina da Barra, São Miguel, Capela Velha, Thomas Coelho, Centro, Tindiquera, Chapada, Vila Nova, Costeira, Estação, Fazenda Velha e Iguaçu.
- Localidades Rurais: Bela Vista, Colônia Melado, Mato Dentro, Boa Vista, Espigão Alto Onças, Botiatuva, Faxinal, Palmital, Campestre Faxinal do Tanque Ponzal, Campinas das Palmeiras Fazendinha Rio Abaixo, Campina das Pedras Formigueiro Rio Abaixo, Campina dos Martins Fundo de Campo Rio Verde Abaixo, Campo Redondo Guajuvira de Cima Rio Verde Acima, Campo Tomás Ipiranga Roça Nova, Camundá Lagoa Grande Roça Velha, Capinzal Lagoa Suja São Sebastião, Capoeira Grande Lavra Taquarova, Colônia Cristina Mato Branco Tietê.

### **2.3 O território do CRAS Tupy – Bairro Campina da Barra**

O Território é um dos principais e mais utilizados termos da Geografia, pois está diretamente relacionado aos processos de construção e transformação do espaço geográfico. Sua definição varia conforme a corrente de pensamento ou a abordagem que se realiza, mas a conceituação mais comumente adotada o relaciona ao espaço apropriado e delimitado a partir de uma relação de poder.

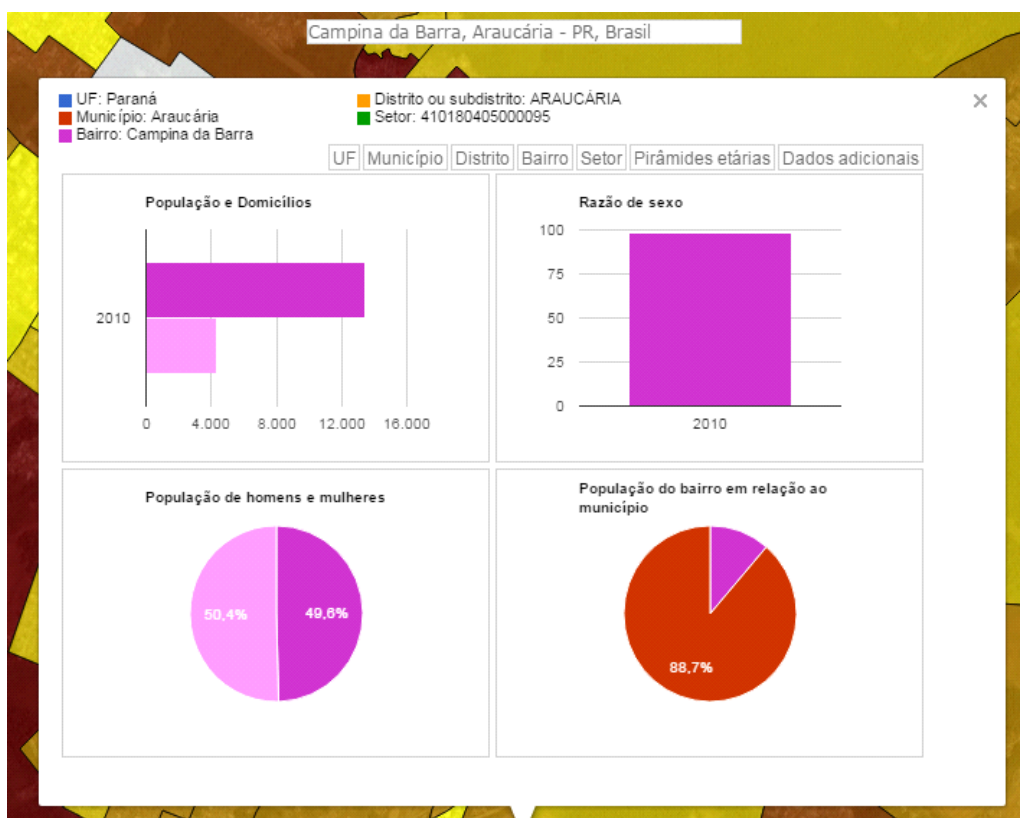
Segundo Milton Santos (2003 apud Anjos, 2011), o território em si não é um conceito: ele só se torna conceito para análise quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento que o pensamos juntamente com aqueles atores que

se utilizam deste espaço. Território não é mapa, vai além, são famílias, instituições, culturas, valores que um espaço geográfico apresenta.

O território é o chão e mais a população, isto é uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influí. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que está falando em território usado, utilizado por uma população. (Milton Santos, 2003 apud Anjos, 2011)

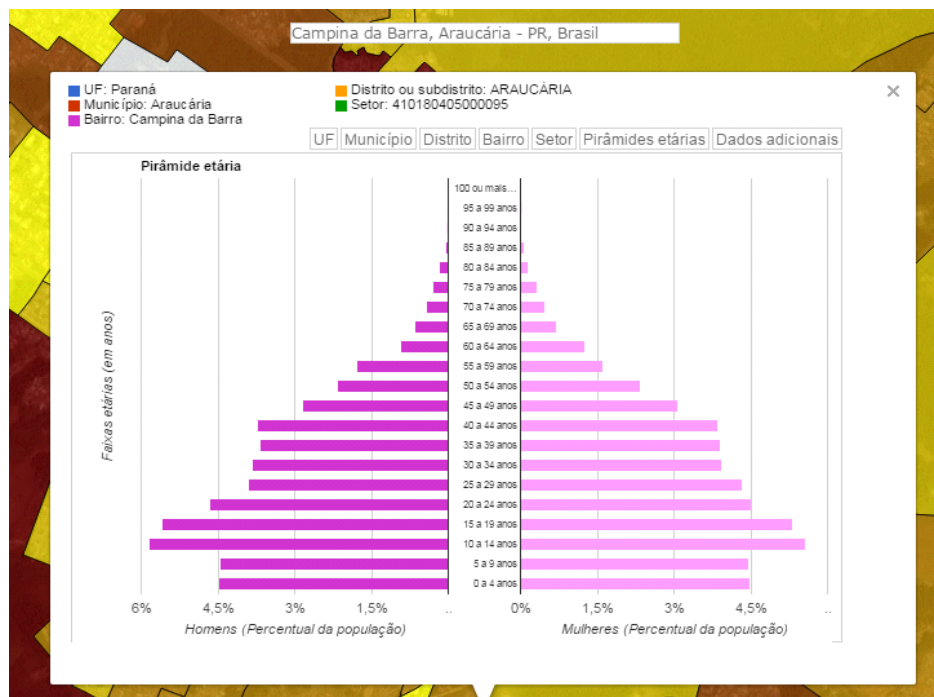
O Bairro Campina da Barra, segundo IBGE (2010), com população de 13.454 (11,3% do total do município) apresenta-se com 4.345 domicílios distribuídos pelo bairro. No Gráfico 1, observa-se que a população do bairro é constituída de 6.781 Mulheres (50,4%) e 6.673 Homens (49,6%).

**GRAFICO 1: Pirâmide etária (dados adicionais)**



Fonte: IBGE (2010).

## GRÁFICO 2: Pirâmide etária pessoas no bairro



Fonte: IBGE (2010).

De acordo com o Gráfico 2, a maior faixa etária presente no bairro são as pessoas entre 10 a 14 anos ambos os sexos 11,42 % e de 15 a 19 anos 10,9%, totalizando um percentual de 22,32% da população, cerca de 3002 adolescentes.

- 0 a 9 anos 17,88%
- 10 a 19 anos 22,32%
- 20 a 29 anos 17,41% (jovens adultos)
- 20 a 59 anos 54,87% (idade produtiva para trabalho)
- Idosos 5,57%

No diagnóstico realizado em 2014 foram apontados como vulnerabilidades do território do CRAS Tupy os seguintes aspectos: população residente em domicílios com renda *per capita* de até 70 reais; percentual de pessoas de referência do domicílio desempregadas; pessoas analfabetas como responsável familiar; crianças de 0 a 6 anos; crianças de 4 a 5 anos que não frequentam escolar, pessoas com 65 anos ou mais.

A concepção de vigilância socioassistencial da Política Nacional de Assistência Social consiste na tentativa de compreender, a partir de uma família, situações e circunstâncias por quais ela passa e identificar vulnerabilidades e situações de risco social. Para tal é necessário usar uma única fonte de dados sobre ela, o que não é possível, pois não possuímos indicadores que contemplem todos os aspectos num único instrumento. Este fator limitador nos obriga a pesquisar diversos indicadores sociais para dar conta de demonstrar a real oferta e acesso a políticas públicas e propriamente do território onde a família está inserida territorialmente. Segundo Carvalho (2017), para estudar vulnerabilidades e riscos será necessário melhorar muitos registros que se produzem nos municípios e em diversos setores das políticas sociais.

Independentemente das limitações enfrentadas, o diagnóstico 2017 da SMAS conseguiu-se, a partir do trabalho desenvolvido, caracterizar a situação das famílias através de variáveis que representam algumas das dimensões envolvidas na ideia de vulnerabilidade; quantificar as famílias do CADÚNICO em condições identificadas como de vulnerabilidade em Araucária, com possibilidade de agregar as quantificações por território de CRAS e bairros; e identificar graus de vulnerabilidade segundo suas diferentes dimensões e subdividido por categorias, por território de CRAS. Trataremos a seguir dos dados, coletados neste importante indicador social, somente referente ao Território CRAS Tupy.

A Pesquisa realizada por Carvalho (2017) coletou dados de 1947 domicílios cadastrados no CADÚNICO - Base Caixa Econômica Federal – mês de referência dezembro de 2016. Este documento na íntegra está disponível em versão impressa simples na Secretaria Municipal de Assistência Social de Araucária.

Os domicílios encontrados na base do CADÚNICO foram submetidos ao estudo segundo 4 dimensões sociais: adequação do domicílio; perfil e composição famílias; acesso ao trabalho e renda na família; e condições de escolaridade.

## **DIMENSÃO 1 – ADEQUAÇÃO DO DOMICÍLIO**

De acordo com Carvalho (2017) esta dimensão diz respeito às condições de moradia do domicílio em que a família reside. Há diferentes fontes de inadequação da situação de moradia das famílias. A precariedade e vulnerabilidade habitacional constituem um tema importante nas últimas décadas, em que esforços para

identificação de assentamentos precários e dimensões de risco das ocupações humanas têm ganhado corpo conceitual. No CADÚNICO não é possível identificar automaticamente a relação do domicílio com o espaço ou a ocupação espacial da qual ele faz parte. As questões estão mais atreladas a acesso à direitos de moradia e não a uma visão espacial habitacional. A identificação dos componentes mostra, numa visão geral, uma descrição de adequação das condições de habitação.

Na categoria Tipo de domicílio, a pesquisa revelou que dos 1947 domicílios da base do CADÚNICO localizados no território do CRAS Tupy existem 2 Particular improvisado, 1 coletivo e 1944 Particular permanente. O fato de a família morar em um domicílio que considera improvisado pode indicar precariedade na moradia, assim como um domicílio permanente pode indicar, diferentemente, que há maior estabilidade no domicílio e uma tendência de condições para investir no mesmo. Moradia coletiva não se trata de famílias conviventes num mesmo domicílio; diz respeito a edificações que congregam vários cômodos. Domicílios coletivos, não indígenas e quilombolas podem indicar a presença de cortiços e implicar compartilhamento, entre famílias, de equipamentos sanitários e áreas de lazer. Há uma suposição de que a procura por habitações coletivas pode indicar falta de opção para residências separadas e, de certa forma, uma precariedade habitacional. Cortiços são considerados, pelo Ministério das Cidades (MCidades apud Carvalho, 2017), como assentamentos precários.

Na categoria Densidade por dormitório foram encontradas 158 famílias com mais do que 3 pessoas por dormitório; sendo 1794 com 3 pessoas por dormitório ou menos. A densidade por dormitório pode ser um indicador que reflete infraestrutura de casa, mas está profundamente associada com padrões socioeconômicos e culturais. Indicar um número adequado de pessoas para partilhar o dormitório pressupõe algumas concepções (culturais) a respeito de privacidade e espaço para desenvolver atividades de rotina com dignidade. A Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) consideram adequada uma densidade de até 3 pessoas por cômodo usado para dormitório.

Na categoria Material predominante, 635 domicílios são construídos com palha/madeira aproveitada/taipa revestida ou não/outro material; 1309 de alvenaria com ou sem revestimento/madeira aparelhada e 3 não responderam a este item no cadastro. O tipo de material utilizado para construção da casa tanto pode

representar uma opção e um padrão cultural (por exemplo, as construções indígenas), como identificar a precariedade na aquisição e acesso a determinados materiais. Como não se consideraram comunidades específicas, a influência da herança cultural foi diminuída e o componente consegue apreender a precariedade de acesso a certos materiais mais duráveis de construção.

Ainda dentro desta dimensão, na categoria Água encanada, 19 casas não tem água canalizada em pelo menos um cômodo, 1925 tem água canalizada em pelo menos um cômodo, 3 não responderam. A existência de água canalizada dentro da residência é reconhecidamente um avanço para as condições de saúde e qualidade de vida de uma família, facilitando o acesso à água para hábitos de higiene. Acesso à água tratada é considerado um direito social. Considerou-se nesta proposta, no entanto, somente a presença de água canalizada, por não se ter como avaliar a qualidade da água disponível e porque uma informação confiável sobre se a água é tratada não se define pela resposta colhida na entrevista domiciliar.

A seguir na categoria Esgotamento sanitário, a pesquisa revelou que 9 domicílios não tem banheiro sanitário no domicílio ou propriedade; 582 tem banheiro e o escoamento vai para fossa séptica, ou rudimentar, ou para vala a céu aberto, e ou direto para rio; 1353 tem banheiro e o escoamento vai para rede coletora de esgoto ou pluvial; e 3 não responderam. A existência de banheiro também pode indicar qualidade de vida para a família, bem como a adequação do esgotamento sanitário, sabendo-se que o saneamento básico consiste em meta de melhoramento das condições de vida em saúde. A promoção e prevenção da saúde e controle de doenças e as ações de saneamento básico são fundamentais. Conforme material do Ministério da Saúde (BRASIL, 2007 apud Carvalho, 2017), a presença de uma rede de abastecimento de água, serviços de coleta de lixo e esgotamento sanitário são aspectos centrais para a promoção da saúde e prevenção de doenças cuja transmissão é vinculada à falta de infraestrutura de moradia adequada.

## **DIMENSÃO 2 - PERFIL E COMPOSIÇÃO FAMILIAR**

Esta dimensão, na visão de Carvalho (2017) agrega informações da composição da família que não se modificam necessariamente por intervenções do poder público, mas que exigem atenção prioritária das políticas públicas. A discussão sobre arranjos familiares abrange as características de famílias,

considerando-se as novas necessidades e expectativas da sociedade advindas de mudanças na estrutura familiar, na estrutura ocupacional e no ciclo de vida em que as pessoas são menos constrangidas por tipos tradicionais de comportamento em relação a grupos de idade e gênero, além de mudanças nas condições econômicas.

A relação entre novos arranjos familiares e vulnerabilidade pode expressar, conforme apresentado por Barros, Carvalho e Franco (2003 apud Carvalho, 2017), a presença de certos grupos demográficos como crianças, jovens abrigados, deficientes e idosos em uma família que exigem cuidados e atenção específicos, e que podem gerar despesas adicionais para suprimento de necessidades básicas. Portanto, o perfil da família foi considerado como dimensão importante na indicação de vulnerabilidade.

Dentro dessa dimensão encontramos a categoria Responsabilidade pela Família, que revelou-nos 174 famílias Uniparental (o chefe de família não divide a responsabilidade pelo domicílio, sem cônjuge); e em 1773 o chefe de família é homem ou mulher e tem cônjuge. Embora a chefia uniparental nem sempre expresse alta vulnerabilidade, pois esta vulnerabilidade é percebida quando há presença de filhos, estudos indicam que nas famílias com renda baixa a presença de mulheres chefiando famílias sozinhas e com filhos é bastante expressiva. Desse modo, no perfil dos beneficiários cadastrados para programas sociais a chefia uniparental indica maior vulnerabilidade (LAVINAS; NICOLL, 2006 apud Carvalho, 2017).

Na categoria Razão entre crianças e adolescentes em relação aos adultos, a pesquisa revelou 2 família constituídas onde não há adultos, e a família é chefiada por menores de 18 anos; em 842 domicílios a razão entre crianças e adolescente e adultos é maior ou igual a 1 e menor do que 1 aparece em 1.103 casas. Sobre a razão entre crianças e adolescentes, e adultos, estudos já apontaram que, dentro da população pobre, a insuficiência de renda atinge em maior grau as crianças. Por isso, avaliar as famílias pela proporção de crianças em relação aos adultos pode indicar a fase em que a família pode estar mais vulnerável e necessita de maior atenção das ações públicas.

A categoria Presença de trabalho infantil na família revelou que em 100% dos domicílios cadastrados não há a existência de nenhuma criança trabalhando. A presença de trabalho infantil em uma família não só aponta a violação de direitos, no caso de exploração infantil, como pode indicar uma provável dificuldade da família



na obtenção de renda pelos adultos, implicando a intervenção específica de política da assistência social.

Na categoria seguinte a pesquisa buscou o número de pessoas internados, onde apareceu 2 famílias com a Presença de crianças e adolescentes internados; 1 para Presença de adultos internados; e nenhum Presença de idosos internados. A presença de uma pessoa internalizada na família altera a dinâmica de relacionamento entre seus componentes, exigindo cuidados específicos, atenção de retorno ou de acompanhamento em visitação. Em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social, o afastamento de crianças ou adolescentes, de idosos ou de indivíduos dependentes é considerado um evento em que se tem uma fragilização ou rompimento de vínculos familiares.

Na categoria Presença de deficientes na família, 27 domicílios possuem mais de 1 deficiente na família; 231 somente 1 deficiente na família e 1.689 não possuem entre seus membros familiares pessoas com deficiência. A presença de algum tipo de deficiência coloca a pessoa portadora desta em dificuldades de inserção no mercado de trabalho e de sobrevivência, bem como pode exigir cuidados contínuos e acompanhamento especial.

Na categoria Idosos em condição de agregado, Há pelo menos 1 idoso nessa condição em 4 domicílios. A presença do idoso em um arranjo domiciliar onde ele não é chefe nem cônjuge pode indicar algum tipo de dependência, seja por falta de renda ou por incapacidade funcional, sendo um indicador importante, por isso, para qualificar a presença de vulnerabilidade. Este indicador inspirou-se em discussões dos Comitês de Gestão de Indicadores (CGI) Socioeconômicos da RIPSA (2012 apud Carvalho, 2017), sendo as argumentações ancoradas na consideração de que a vulnerabilidade na situação do idoso se fundamenta no problema da sua autonomia. Por essa razão, a presença de idosos em situação não de chefes de família, mas como agregados, revelaria sua dependência, tendo sido considerado um indicador de proporção de idosos que reside no domicílio como outro parente ou como agregado para fazer parte dos relatórios Indicadores e Dados Básicos para Saúde (IDB) da RIPSA (2012 apud Carvalho, 2017).

Por fim, na categoria Analfabetismo do chefe de família, em 114 domicílios o responsável pela família não sabe ler e 1833 dos responsáveis pela família sabem ler 1.833. O analfabetismo do chefe de família compromete a qualificação para o

trabalho e, conseqüentemente, a renda. Sabe-se também que influencia sobre os filhos em termos culturais, sociais e políticos.

### **DIMENSÃO 3 - ACESSO AO TRABALHO E RENDA NA FAMÍLIA**

Para Carvalho (2017), esta dimensão leva em conta o quanto de renda a família dispõe para suprir suas necessidades contando com todos os rendimentos declarados de todas as pessoas da família, bem como indica a condição de trabalho remunerado dos adultos que compõem a família.

Na categoria **Proporção de pessoas adultas na família, em idade ativa (>17 e <65), que estão trabalhando na data da entrevista**, a pesquisa se apresenta da seguinte forma:

- Não há adultos em idade ativa na família, somente menores de 18 = 10
- Não há adultos em idade ativa, há idosos ou menores de 18 anos e os idosos não têm nenhuma fonte de renda ligada ao trabalho (anterior como aposentadoria/ pensão ou atual) = 190
- Menor que 0,50 = 264
- De 0,50 a 0,75 = 893
- Maior do que 0,75 = 573
- Não há adultos em idade ativa, há idosos ou menores de 18 anos, e ao menos um idoso tem assegurada alguma fonte de renda ligada ao trabalho =17

O acesso ao trabalho remunerado do adulto na família é condição fundamental para o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência. Quanto mais adultos em trabalho, mesmo que não formal mais inserida encontra-se a família no mundo laboral e na possibilidade de obter rendimento.

Na categoria **Soma de todos os rendimentos mensais, exceto os programas de transferência de renda, de todas as pessoas da família dividida pelo número de pessoas na data da entrevista**, temos:

- De 0 até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo per capita =1.189
- $\frac{1}{4}$  do salário mínimo até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo per capita =497
- Mais de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo per capita =261

A disponibilidade ou insuficiência de renda representa o ponto de partida usual sobre o dimensionamento da pobreza. O uso da referência de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo per capita para famílias pobres está vinculado aos parâmetros para concessão de benefícios de assistência social às famílias, como o Bolsa Família. Em janeiro de 2011, o Ministério do Desenvolvimento Social resolveu estabelecer um novo parâmetro em relação à pobreza. Foi instituído, através de nota técnica e Programa Nacional, um parâmetro de extrema pobreza. Caso uma pessoa esteja vivendo numa família em que a renda familiar per capita é de no máximo R\$ 70,00, pode-se considerar que ela está em uma situação de extrema pobreza. No entanto, não há um consenso na literatura sobre este recorte. Trata-se de uma linha de pobreza baseada na avaliação de 2003 de  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo da época e que ancora o Programa Brasil Sem Miséria. Ainda não se indicaram correções ou reavaliações sobre seu parâmetro. Por isso, para o cálculo deste indicador, mantiveram-se os tradicionais cortes em relação ao salário mínimo nacional. Também se manteve a decisão de usar somente a renda declarada das pessoas cadastradas, sem imputar nenhum valor a partir de definições a priori sobre o potencial que determinada pessoa teria para obter determinada renda. Haveria limitações em ambas as escolhas, e a metodologia pode ser aperfeiçoada ao longo do tempo.

#### **DIMENSÃO 4 - CONDIÇÕES DE ESCOLARIDADE**

Conforme Carvalho (2017), esta dimensão particulariza as questões a respeito do acesso e do desenvolvimento escolar dos componentes da família, retratando o acesso à escola e a defasagem escolar.

Na categoria **Existência de crianças e adolescentes que não têm seu direito à educação básica assegurado**, 10 Famílias que têm mais de uma criança ou adolescente de 6 a 17 anos fora da escola 10; 110 famílias que têm só uma criança ou adolescente de 6 a 17 anos fora da escola; 560 famílias que têm somente crianças com idade de 0 a 5 anos fora de creche ou pré-escola; e 1267 famílias sem

crianças ou sem crianças e adolescentes fora da escola. Crianças e adolescentes fora da escola indicam problemas de acesso a um direito social básico, que é a educação, já que a Constituição adota o princípio de “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 2012 *apud* Carvalho, 2017).

Já na categoria **Existência de pessoas em idade escolar (6 a 17 anos) da educação básica e que estão frequentando escola, as não no ano correspondente à idade (defasagem de no mínimo 3 anos)**, em 33 domicílios ao menos 1 pessoa em defasagem na família; para 1914 com nenhuma pessoa em defasagem na família. A defasagem escolar explicita problemas de aprendizagem, reprovação e evasão, tendo como uma de suas consequências a perpetuação da desigualdade social, retratando falhas no princípio constitucional mencionado. Considera-se em defasagem para o cálculo ao menos 3 anos.

Na categoria **Existência de pessoas que não frequentam escola (com 18 ou mais anos de idade) e que não concluíram a educação fundamental**, em 860 casas possuem a existência de uma ou mais pessoas na família com mais de 18 anos que não concluíram o ensino fundamental. Adultos que não concluíram o ensino fundamental estão em condição de desigualdade para o acesso ao trabalho e em relação ao seu direito à educação. Estes adultos possivelmente terão maiores dificuldades para assegurar os direitos fundamentais de suas crianças. Até pouco tempo o Estado deveria garantir o ensino fundamental; atualmente, o que se deve garantir abrange o ensino médio. Mas, tratando-se de adultos, esta mudança não é automática. Entende-se que a maior precariedade encontra-se nas famílias que não conseguiram que seus membros adultos completassem o ensino fundamental.

Estes números apresentados neste diagnóstico social revelam a realidade do Território do Cras Tupy a partir dos dados mensurados a partir do Cadastro Único para Programas Sociais – CADÚNICO, representam parcialmente o público atendido por este CRAS.

## **2.4 Mapa da Rede CRAS Tupy**

Neste momento apresentaremos o Mapa da Rede do território CRAS Tupy, um instrumento importante que fundamenta ações para o fortalecimento dos diversos serviços, organizações e entidades presentes em uma comunidade, uma

vez que auxilia a visualização de parcerias efetivas ou em potencial nos diferentes segmentos institucionais e comunitários. Nesse sentido, o Mapa da Rede destaca-se como um instrumento que pode auxiliar na articulação de ações integradas junto às instituições de políticas públicas e entidades comunitárias, assim como junto às famílias e rede de apoio comunitário. O objetivo do Mapa da Rede de Instituições e entidade é identificar os parceiros para a realização de ações integradas no campo de enfrentamento das diversas expressões da questão social, e promover melhorias nos planejamentos de políticas sociais.

O fortalecimento das instituições inseridas no território se estabelece à medida que se articula em rede, ou seja, buscam parcerias com as demais entidades. Conhecendo a metodologia de mapeamento da rede, podemos identificar quem são os parceiros e incluí-los como potenciais para atividades de atenção aos problemas sociais. A rede social é caracterizada por um conjunto de relações que vinculam sujeitos e/ou instituições a outros sujeitos e/ou instituições. Esse vínculo se dá porque pode haver, nessas relações estabelecidas, compartilhamentos, visões de mundo, objetivos em comum. Essas redes são, nesse sentido, consideradas importantes para a vida institucional e para o campo de ações, pois podem ampliar o diálogo e a parceria entre os sujeitos/instituições (SENAD, 2017).

Trabalhar em redes sociais significa adotar um processo contínuo de construção coletiva. Ao conhecer as redes sociais das instituições, podemos realizar um processo avaliativo dessas relações. Tal processo pode promover o exercício saudável de autocrítica coletiva, fazendo com que os membros de tais redes repensem as práticas e teorias adotadas e propiciando-lhes a possibilidade de uma reflexão mais abrangente dos sentimentos, emoções e dos caminhos que contribuem para o sucesso ou fracasso de inúmeras intervenções no contexto institucional (SENAD, 2017).

A Rede de Proteção Social deve fazer oferta capilar para a universalização dos acessos aos serviços e política pública. É importante que seja sistemática e contínua, ter caráter político-pedagógico e preventivo de violações de direitos, além de atender as necessidades e expectativas da população usuária. Para a efetivação da rede requer integração com programas, projetos, benefícios e demais políticas sociais (Intersetorialidade), entretanto deve-se ter a primazia do Estado. Fazem parte da rede de proteção social geralmente a Saúde, Educação, Assistência Social, Conselho tutelar, porém o ideal era que todas as políticas e o SGD estivessem

presentes nas reuniões mensais, uma vez que também são atores importantes e fazem parte dessa rede mesmo não estando inseridos no território (SMADS, 2016).

Rede de Proteção Socioassistencial caracteriza-se como um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação dentre todas estas unidades de provisão de proteção social sob a hierarquia da proteção básica e especial e ainda, por níveis de complexidade. A Rede Socioassistencial consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, serviços, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para prevenção e redução do impacto das expressões e consequências da questão social e das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional (SMADS, 2016).

A Rede Socioassistencial, com base no diagnóstico socioterritorial, constitui um dos caminhos para superar a fragmentação na prática da Política de Assistência Social, o que supõe constituir ou redirecionar a rede, na perspectiva de sua diversidade, complexidade, cobertura, financiamento e do número potencial de usuários que dela possam necessitar.

Sistema de Garantia de Direitos – SGD (criança e adolescente) são órgãos públicos e as organizações da sociedade civil, que integram esse Sistema defesa dos direitos humanos, garantia de acesso à Justiça, dentre eles as Varas da Infância e Juventude, Varas Criminais especializadas, comissões de adoção, Ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Civil e Militar, Conselhos Tutelares, Ouvidorias, entidades sociais que atuam na defesa de direitos, entre outros responsáveis pela promoção dos direitos humanos e política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, prevista no artigo 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente (competência do executivo).

Sendo assim, podemos identificar os atores da rede, sendo estes: as diversas políticas setoriais; Serviços, programas e projetos do SUAS; Trabalhadores dos Serviços Públicos e Privados do SUAS; Usuários da Política de Assistência Social; Conselheiros Tutelares; Promotores Públicos; Juízes e Técnicos do Poder Judiciário; Defensores Públicos; Conselhos de Direitos das várias Políticas Públicas (assistência social, dos direitos da criança e do adolescente, Idoso, da Mulher, LGBT, Promoção da Igualdade Racial, da pessoa com Deficiência, etc.) e Movimentos Sociais e populares.

**TABELA 2: MAPA DA REDE TERRITÓRIO CAMPINA DA BARRA**

Rede de Proteção Socioassistencial	
CRAS Tupy	3901-5333
CREAS	3901-5256
SCFV Adolescentro Costeira	3901-5326
Comse – Centro Operacional de medida socioeducativa	3901-5376
Casa de Acolhimento	3905-6041
Rede de Proteção Social – Saúde	
Ubs tupy	3901-5411
Ubs Shangri-la	3901-5076
Caps ad	3905-6200
Caps II	3901-5125
Rede de Proteção Social – Educação	
SEED	3248-3670
SMED	3901- 7400
CMEI - Tupy	3901-5474
CMEI - Tupy II	3901-5188
CMEI - Campina da Barra	3901-5191
CMEI - Santa Clara	3901-5442
Escola Azurêa	3901-5136
Escola Balbina	3901-5169
Escola Pedro Biscaia	3901-5285
Escola Maria Aparecida	3901-5465
CAE-AV - Centro de Atendimento Especializado na Área Visual	3901-5187
CMAEE - TGD	3614-1797
Escola Especial Joelma Tulio	3901-5051
Rede de Proteção Social – outras Políticas	
SMSP	3901-7557
Rede de Proteção Social – Entidades e ONG	
Instituto Schnorr	3552-4726
Sistema de Garantia de Direitos – SGD	
Conselho Tutelar	3901-5365
Ministério Público	3358-4301

FONTE: A autora (2017)

### 3. APRESENTAÇÃO DOS DADOS DO TERRITÓRIO

#### 3.1 Metodologia do Diagnóstico Social

Ressaltamos que esta pesquisa não consiste em uma monografia, não traz aprofundamentos teóricos sobre as categorias de análise, trata-se de um instrumento de gestão denominado de diagnóstico, atual nomenclatura utilizada pelo MDSA, como consta em Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento do Suas e BSM (2014). A gestão e o uso de instrumentos de gestão como relatórios, planejamento e diagnósticos envolvem diretamente o Serviço Social, pois na Lei 8662/93, a qual dispõe sobre a Regulamentação da Profissão, traz alusão a gestão de unidades de Serviço Social, em seu Art 4º e 5º aparece como competências e atribuições privativas do assistente social:

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; ... X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social: I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; (CFESS, 1993).

Existem várias formas metodológicas de se fazer um diagnóstico social, para esta pesquisa foi utilizado o método de Diagnóstico Rápido Participativo. O Diagnóstico Rápido Participativo – DRP é uma metodologia que permite o levantamento de informações e conhecimentos da realidade da comunidade ou instituições, a partir do ponto de vista de seus membros. Promove a mobilização dos interessados em torno da reflexão sobre a situação atual e a visualização de cenários futuros. O DRP é aberto a participação, criando a oportunidade da vivência democrática, isto é, produzindo conhecimento coletivamente e criando opções para as decisões coletivas.

A metodologia permite o envolvimento das pessoas e instituições não apenas como fonte das informações, mas como agentes da pesquisa. Isso lhe confere um caráter de mobilização que é fundamental para quem deseja conhecer a realidade com vistas a elaborar um programa de ação. O diagnóstico participativo se



vale de diferentes fontes de informação e métodos de pesquisa, aliando dados secundários e primários na construção de um retrato atualizado da realidade.

O diagnóstico social é o instrumento que possibilita conhecer a realidade do território e a dinâmica social da área de abrangência da intervenção. É uma leitura da realidade e ponto de partida para o processo de planejamento das intervenções sociais. O território é um espaço de relações sociais, de construção da sociabilidade e de convivência e, conseqüentemente, o diagnóstico deve procurar captar as relações sociais, conflitos, limitações e potencialidades nele presentes.

A elaboração do diagnóstico tem como objetivo sintetizar a situação e o contexto que envolve a população diretamente impactada pela intervenção e, para tal, utiliza informações primárias e secundárias. Por esse motivo não deve ficar restrito aos dados estatísticos e informações objetivas, mas considerar as disputas, a cultura local e o que pensam e sentem as pessoas que vivem, utilizam e compartilham os recursos presentes no território. (GEPAD03, 2013).

O Diagnóstico Socioterritorial nessa perspectiva da temporalidade se constitui em uma continuidade, mais do que um ponto de partida. Sua principal característica passa a ser a incompletude por excelência, pois necessita a todo momento estar atento à dinâmica da realidade, dos territórios de vivência a que se propõe compreender e não somente descrever (BRASIL, 2013).

A utilização de metodologias como esta permite a constituição de um cenário descritivo das situações identificadas como de vulnerabilidade e risco social. Porém, um Diagnóstico Socioterritorial pode também ser construído na perspectiva de conter não somente elementos que permitam uma consistente descrição da realidade, mas também conectores que permitam ler, interpretar, analisar a realidade diagnosticada (BRASIL, 2013).

A presente investigação que resultou no DIAGNÓSTICO SOCIAL CRAS TUPY utilizou-se da metodologia do DRP mencionado acima e trouxe consigo a abordagem qualitativa, em forma de entrevista semi-estruturada junto aos agentes da pesquisa. Os participantes da pesquisa foram os agentes comunitários<sup>5</sup> da Unidade Básica Tupy, totalizando 13 formulários de pesquisas.

---

<sup>5</sup> O anonimato da identificação das entrevistadas foi preservado conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Foi realizada uma reunião sobre o DRP com os agentes comunitários nas dependências da Unidade de Saúde para expor os objetivos da pesquisa e demais procedimentos. A reunião e a coleta de dados foram realizadas no mês de agosto de 2017.

Para análise e interpretação dos relatos colhidos nas entrevistas, utilizou-se a Técnica de Análise de conteúdo e discurso. A análise do discurso é uma técnica que visa decifrar comunicações transcritas em documentos, no qual pode ser qualquer informação visual, oral, sonora, eletrônica que esteja gravada ou transcrita em um suporte material. Sendo assim, a seguir trataremos de apresentar o que a pesquisa nos trouxe como fonte de dados para estudo.

### 3.2 Pesquisa e Análise dos dados

O Diagnóstico Social do território do CRAS Tupy realizado em 2017 trouxe dados relevantes para o trabalho social no território do Bairro Campina da Barra, município de Araucária. Para a apresentação desses dados, primeiramente apresentaremos a pesquisa quantitativa por categorias predefinidas no formulário da pesquisa de campo aplicado em agosto de 2017, posteriormente traremos os relatos da pesquisa qualitativa.

Quanto aos **Aspectos de Econômicos e Desenvolvimento Local**, a pesquisa revelou que o Bairro Campina da Barra apresentou significativa evolução se comparada com o Diagnóstico 2012, pois o bairro conta com estabelecimentos de comércio, prestadores de serviços e 3 indústrias.

**TABELA 3: ESTABELECIMENTOS NO BAIRRO**

Indique se há estabelecimentos	Sim
Comércio gêneros alimentícios	14
Comércios em geral (lojas, oficinas)	14
Comércios prestação de serviços	11
Panificadoras e restaurantes	1
Bares	13
Indústrias	3

FONTE: A autora (2017)

Sobre **Aspectos de Manifestações Religiosas** há presença de 2 Igrejas Católicas, 16 igrejas evangélicas/protestante de diversas denominações e 2 terreiros de religião/raízes africanas não identificada se umbanda ou candomblé. No bairro não há a presença de Centros Espíritas e Templos/salões de outras religiões.

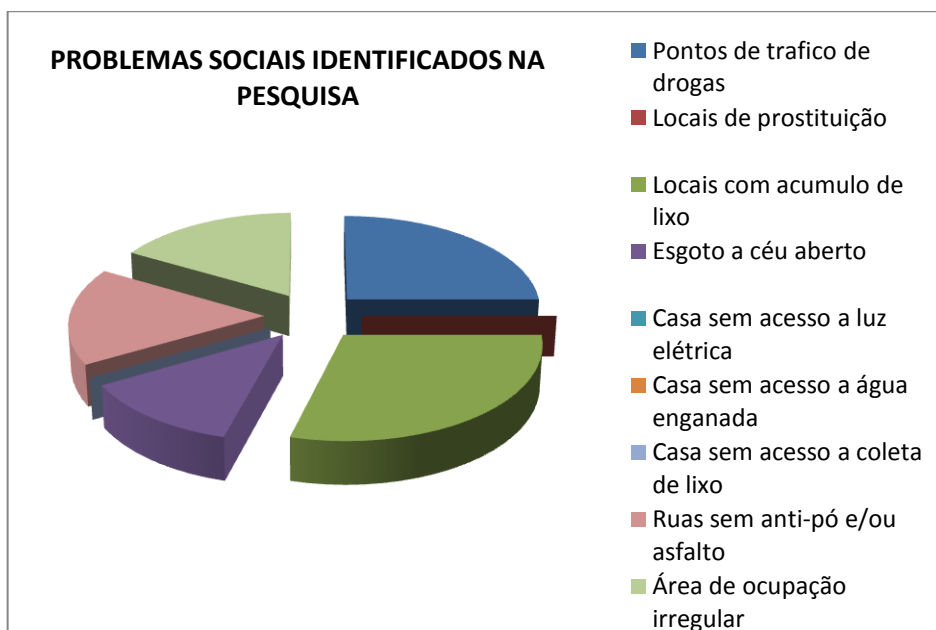
Quanto aos **Aspectos Educacionais**, as agentes comunitárias identificaram no bairro 2 CMEI's público e 1 privado, além da existência de 3 escolas municipais. O bairro Campina da Barra é localizado ao sul de Araucária, considerado periferia do município, o que pode ser justificativa para a inexistência de Escolas particulares, Universidades/Faculdades, Cursos profissionalizantes ou qualquer tipo de estabelecimentos de ensino que oferte cursos em geral.

Quanto aos Aspectos Relacionado ao Esporte e Lazer, Campina da Barra tem 1 quadra de esporte, 1 campo de futebol em praça, 1 academia particular e 1 pista de skate.

Na pesquisa foram identificadas 4 associações demoradores e 2 ONG, o que compõe os Aspectos Da Organização Popular no território.

Quanto aos **Aspectos Sociais**, não foram elencados locais de prostituição, domicílios sem acesso a luz elétrica, sem água encanada ou sem cobertura da coleta de lixo. Entretanto foram sinalizados outros problemas sociais apresentados no gráfico abaixo:

### GRAFICO 3: PROBLEMAS SOCIAIS



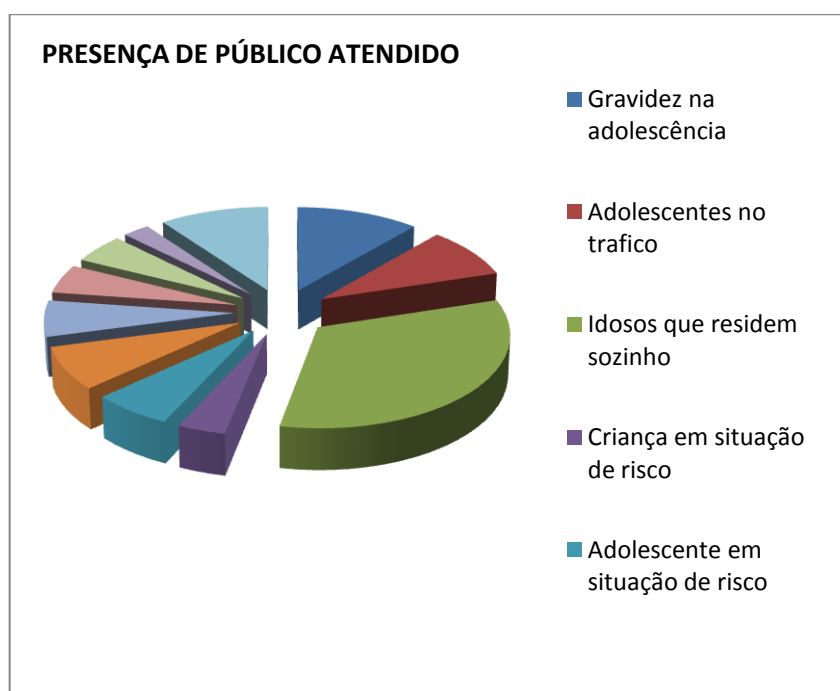
FONTE: A autora (2017)

Quanto ao público atendido e seus **aspectos de vulnerabilidades e riscos sociais**, o diagnóstico trouxe como maior incidência no território a presença de idosos que residem sozinhos. Outros públicos também foram elencados com maior destaque como gravidez na adolescência, adolescentes em envolvimento com tráfico de drogas, alcoolismo e drogadição. O levantamento deste aspecto social é importante para o poder público, pois dá visibilidade a real demanda do território e a prioridade de investimento público e de implantação de programas, projetos e serviços que atendem o público identificado.

Sobre os tais problemas sociais levantados, o seu acirramento é histórico, surge no bojo da Revolução Industrial, fruto da apropriação desigual da riqueza acumulada entre classes, quando a burguesia se afirmou como classe dominante e o proletariado tomou consciência de sua própria classe, surgiu a chamada questão social (PEREIRA, p. 32, 2009). Os problemas sociais são as múltiplas expressões da questão social que se apresenta na sociedade capitalista, perante a qual o Estado teve que fazer mediações legais e políticas para minimizar as suas mazelas.

Para Iamamoto (2012), um dos desafios atuais é ser um profissional propositivo para desenvolver a capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano.

#### GRÁFICO 4: PÚBLICO ATENDIDO



FONTE: A autora (2017)

Segundo a pesquisa, podemos concluir que no território existem vulnerabilidades e riscos sociais elegíveis como público alvo prioritário para o planejamento de ações das Políticas de Saúde, Educação e Assistência Social. Para Carlos Simões (2010), a população em situação de vulnerabilidade social tem o direito de receber do Estado e da sociedade os mínimos sociais para uma vida digna, onde essas políticas devem prover condições de sustentabilidade social do crescimento econômico, que se integrada a outras, retirem a mesma população da situação de vulnerabilidade e lhe propiciem as condições de autossuficiência, emancipação e autonomia.

**TABELA 4: PÚBLICO ATENDIDO**

Quanto ao Público atendido	
Gravidez na adolescência	9
Adolescentes no tráfico	7
Idosos que residem sozinho	26
Criança em situação de risco	3
Adolescente em situação de risco	5
Idosos em situação de risco	6
Pcd em situação de risco	5
Mulher vítima de violência doméstica	4
Crianças ou adolescentes fora da escola	4
Criança ou adolescentes em trabalho infantil	2
Alcoolismo ou drogadição	8

FONTE: A autora (2017)

Segundo a pesquisa qualitativa, os pontos positivos do território revelados nas entrevistas foram relacionados à infraestrutura do bairro quanto a urbanização e a diminuição da criminalidade local, conforme relatos colhidos, estes pontos tomam destaques nas falas:

*“Área praticamente com asfalto e antipó, poucas ruas sem asfalto” (sic);*

*“sem violência ou roubo, tem quadra de futebol, árvores, mercearia perto, Cmei perto, UBS perto” (sic);*

*“todas as ruas com antipó e asfalto, bairro tranquilo” (sic).*

Entretanto, os mesmos pontos positivos foram citados entre os Pontos negativos do território, como violência urbana e a precariedade de policiamento – segurança pública.

*“Cancha com área de árvores (local complicado). Falta de vontade política” (sic);*

*“adolescentes e crianças nas ruas, violência, desemprego drogas” (sic);*

*“falta área de lazer, falta ônibus direto do bairro ao terminal do Pinheirinho que foi retirado, falta segurança, muito desemprego” (sic);*

*“muito cachorro sem lar, com sarna, passando fome, muitas pessoas desempregadas na rua, retirada do ônibus Tupy” (sic);*

*“só tem 1 linha de ônibus, não tem esporte e lazer no bairro” (sic).*

A pesquisa traz como sugestões e proposições para melhoria do bairro Campina da Barra o término da obra do Centro Esportivo Tindiquera e construção de espaços poliesportivos. A comunidade traz como queixa principal a escassez de espaços para projetos culturais e esportivos, principalmente atividades para crianças, adolescentes e jovens, segundo IBEGE maior população do bairro.

*“terminar o centro esportivo do Tupy que está abandonado, na região do campina da barra existe 2 canchas sintéticas particular, o gestor deveria fazer convenio e abrir turmas de imediato, balé, karate, ginástica”;*

*“escola integral para retirar crianças e adolescentes das ruas, ginásio de esportes com professores”;*

*“escola em tempo integral, área de lazer, pela distancia do centro ter curso profissionalizante, ginásio de esporte com professores, programas para tirar adolescentes das ruas, tempo ocioso”;*

*“oficinas e exercícios para idosos e crianças, parquinho, cooperativas”;*

*“academia ao ar livre, mercado, campo de futebol”;*

Em destaque também para os relatos relacionados ao transporte público, que apesar das ótimas condições das ruas no bairro, a falta de ônibus em quantidade suficiente e a retirada do ônibus que fazia ligação direta com o Terminal do Pinheirinho em Curitiba, são pontos que foram levantados nos relatos.

Segundo pudemos observar as principais demandas sociais do Bairro Campina da Barra são: segurança pública, desemprego, drogas, transporte público, educação, cultura e lazer.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados analisados por esse Diagnóstico foi possível identificar questões relevantes sobre a situação atual do Bairro Campina da Barra, território do CRAS Tupy. Além de promover o levantamento quanto às necessidades do território, buscou-se observar outras incidências que, mesmo indiretamente, acabam por influir na condição do Município em promover soluções para os problemas detectados.

Com base nas constatações apresentadas nos capítulos anteriores, a pesquisa alcançou seus objetivos propostos como trazer a tona as principais expressões da questão social emergentes no território. Identificou-se a forte presença da população idosa que reside sozinha, público vulnerável em suas condições inerente a idade, saúde e risco social. Para atendimento desta problemática propomos aos Poder Público Municipal a ampliação da equipe profissional do CRAS para execução do Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Dentro desta temática, foi observada a escassez de serviços para atender a população de crianças, adolescentes e jovens, dentre estes, observou-se a urgente necessidade de ampliar e/ou implantar programas das áreas da Saúde (programas e campanhas de prevenção a gravidez na adolescência, por exemplo), Educação (espaços de contraturno e projetos educacionais, culturais), Assistência Social, Cultura (abertura de espaço para cursos instrumentos musicais, teatro, dança, entre outros) e Esporte e Lazer (atividades desportivas e construção da academia ao ar livre).

Para o alcance dos objetivos específicos de realizar diagnóstico socioassistencial no território, assim como o levantamento de dados e informações sobre as condições socioassistenciais do território junto aos indicadores sociais; foram utilizados os dados do Diagnóstico Social 2017 da SMAS retirado da base do CADÚNICO, dados do IBGE e pesquisa de campo.

Ao realizar a pesquisa com o formulário com as questões fechadas, verificou-se que as respostas não ficaram claras, pois as pessoas entrevistadas não especificaram suas respostas utilizando “X” para sinalizar, o que dificultou o processo da apuração dos resultados. Entretanto, esta dificuldade não trouxe



maiores problemas, permitindo assim, que os objetivos propostos fossem alcançados.

O questionário com perguntas abertas conseguiu demonstrar a opinião dos participantes em relação aos pontos positivos e negativos do território, porém não foi respondido por 75% das entrevistadas. Para mais, também foi evidenciado que os usuários em questão que não responderam a parte qualitativa do questionário optaram em responder somente a parte quantitativa. Todavia, essa ausência de resposta não prejudicou a pesquisa e contribuiu de igual forma para esta investigação acadêmica.

Dada à importância do assunto, torna-se necessário o desenvolvimento de formas de agilizar a confecção de diagnósticos sociais e torná-los fáceis de serem respondidos digitalmente para que sejam atualizados periodicamente ou em cada nova gestão. Nesse sentido, a utilização de recursos digitais para a elaboração de diagnósticos sociais nos permite a sua realização de forma mais rápida e eficiente. Além disso, diminui o tempo de elaboração, tabulação e análise dos dados propiciando uma maior precisão dos dados.

O presente Diagnóstico Social consistiu essencialmente, no levantamento, análise e interpretação da realidade do Bairro Campina da Barra território do CRAS Tupy pela voz dos agentes comunitários e demais fontes de dados utilizadas. Com a realização deste instrumento, esperamos que sua utilização propicie dados aos órgãos pertencentes à Rede do território e à Gestão Municipal, para subsidio e conhecimentos para futuros planejamentos de ações no território Campina da Barra.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, R. S. A. Milton Santos, Território e Fotografia - Aproximações. Revista Eletrônica: **Tempo - Técnica - Território**, v.2, n.1 (2011), p. 51:57 ISSN: 2177-4366. Disponível em: [http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/21185/1/ARTIGO\\_MiltonSantosTerritorioFotografia.pdf](http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/21185/1/ARTIGO_MiltonSantosTerritorioFotografia.pdf)

BRASIL. Regulamentação da Profissão LEI N° 8.662, de 7 de junho DE 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em [http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao\\_lei\\_8662.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf)

BRASIL, Capacita SUAS Caderno 3. **Vigilância Socioassistencial**: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2013

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais** (Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009). Brasília, MDS: 2009.

CARVALHO, Carlos Alberto de Souza. **Nota Técnica Gestão do SUAS - Índice de Vulnerabilidades das Famílias do município de Araucária por território de CRAS**: Mensuração a partir do Cadastro Único para Programas Sociais – CADÚNICO. Araucária, 2017.

CMTC, Companhia Municipal de Transporte Coletivo de Araucária. **Histórico**. 2017 Disponível em: <http://www.cmtcaraucaria.net.br/historico.html>

GEPAD03 - **Trabalho Social. Gerencia Nacional de Gestão Padronização e Normas Técnicas – GEPAD**. Superintendência Nacional de Assistência Técnica e Desenvolvimento Sustentável – SUDES. Brasília, 2013.

GIESBRECHT, Ralph M. **Pesquisa local; Paulo Sergio Zageski; RVPSC**: Relatórios anuais, 1920-60; Mapa - acervo R. M. GIESBRECHT. 2016. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-cur-pgro/araucaria.htm#>

IBGE. **Araucária 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/araucaria/panorama>

IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 22ª edição. São Paulo, Cortez, 2012.

MDSA. Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento do Suas e do BSM. Brasília, 2014. Disponível em: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/apostila\\_de\\_indicadores\\_se\\_m\\_logo%20revisada.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/apostila_de_indicadores_se_m_logo%20revisada.pdf)

NOVITSKI, AÉCIO. **Sobre Araucária. Araucária no Ar. 2016.** Disponível em: <http://araucarianoar.com.br/sobre-araucaria-2-2/>

PMA. **Diagnóstico Socioterritorial.** Araucária, 2014.

PEREIRA, Potyara A. P. **Políticas sociais: temas & questões.** 2ª edição. São Paulo, Cortez, 2009.

SENAD. **Mapas de Redes e Instituições. Slids.** 2017. Disponível em: <http://www.aberta.senad.gov.br/medias/original/201704/20170424-095502-001.pdf>

SMADS. **Capacitação: Serviço de Proteção d Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos Encontros Reflexivos: Território, Sistema de Garantia de Direitos d Articulação em Rede.** São Paulo, 2016. Disponível em: [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia\\_social/cecoas/articulacao\\_em\\_rede.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/cecoas/articulacao_em_rede.pdf)

SMAS. **Diagnóstico CRAS Tupy.** Araucária, 2012.

SIMOES, Carlos. **Curso de direito do serviço social.** 4ª edição. São Paulo, Cortez, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil.** 2ª ed. Brasília: Temporalis, 2004.

## **ANEXO 1**

### **Secretaria Municipal da Assistência Social**

#### **Gestão Municipal:**

MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA: Hissam Hussein Dehaini - Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Cristiane Inez Martins  
Dehaini - Secretária

DIREÇÃO GERAL: Leonardo Ferreira - Diretor

DIREÇÃO DE DEPARTAMENTO: Neiva Luz dos Santos Silva Munhoz - Diretora

GESTÃO DO SUAS: Carlos Alberto de Souza Carvalho – Coordenador

#### **Equipe CRAS Tupy**

Flavia Vlot - coordenação – servidor público

Roseney de Fátima Cunha - Assistentes sociais- servidor público

Maria Derli de Oliveira Moraes - Assistentes sociais- servidor público

Andreia Moesse de Souza Coelho - psicólogas – servidor público

Patrícia de Oliveira - psicóloga – servidor público

Thiago Moletta Padilha dos Santos - educadores sociais – servidor público

Jefferson Lemes de Castilho - educadores sociais – servidor público

Rosimeire Alves da Silva - educadores sociais – servidor público

Beatriz Cardoso dos Santos Salvalagio - (Estagiária CIEE de Pedagogia)

Juliete dos Santos de Paula - (Estagiária CIEE de Serviço Social)

Roseli Romano - Serviços gerais – empresa terceirizada

01 administrativo - (cargo vago na época)

## ANEXO 2

### Pesquisa de campo

#### Diagnóstico socioterritorial Campina da Barra

Quais as ruas que fazem parte da sua área de atendimento:

---

---

---

Pesquisa Quantitativa				
<b>Indique se há estabelecimentos</b>	<b>Sim</b>	<b>Se sim, quantos?</b>	<b>Não</b>	<b>Desconheço</b>
Comércio gêneros alimentícios				
Comércios em geral (lojas, oficinas)				
Comércios prestação de serviços				
Panificadoras e restaurantes				
Bares				
Indústrias				
<b>Aspectos de manifestação religiosa</b>	<b>Sim</b>	<b>Se sim, quantos?</b>	<b>Não</b>	<b>Desconheço</b>
Igreja católica				
Igreja Evangélica				
Terreiros (umbanda, quimbanda e afins)				
Centros espíritas				
Templos/salões de outras religiões				
<b>Estabelecimentos educacionais</b>	<b>Sim</b>	<b>Se sim, quantos?</b>	<b>Não</b>	<b>Desconheço</b>
CMEI - PMA				

<b>CEI – particular</b>				
<b>Escolas Municipais - EF</b>				
<b>Escolar particulares - EF</b>				
<b>Escolas Estaduais - EM</b>				
<b>Escolar particulares - EM</b>				
<b>Universidades/Faculdades</b>				
<b>Cursos profissionalizantes</b>				
<b>Cursos de musicais</b>				
<b>Espaço para esporte e lazer</b>	<b>Sim</b>	<b>Se sim, quantos?</b>	<b>Não</b>	<b>Desconheço</b>
<b>Quadra de esporte</b>				
<b>Campo para futebol</b>				
<b>Praça</b>				
<b>Parque</b>				
<b>Escolas de futebol</b>				
<b>Academia ao ar livre</b>				
<b>Academia particular</b>				
<b>Academia artes marciais</b>				
<b>Outros</b>				
<b>Organização Popular – Sociedade Civil</b>	<b>Sim</b>	<b>Se sim, quantos?</b>	<b>Não</b>	<b>Desconheço</b>
<b>Associação de moradores</b>				
<b>ONG</b>				
<b>Entidade filantrópica</b>				
<b>Projeto social (não vinculado a PMA)</b>				

<b>Problemas sociais</b>	<b>Sim</b>	<b>Se sim, quantos?</b>	<b>Não</b>	<b>Desconheço</b>
<b>Pontos de trafico de drogas</b>				
<b>Locais de prostituição</b>				
<b>Locais com acumulo de lixo</b>				
<b>Esgoto a céu aberto</b>				
<b>Casa sem acesso a luz elétrica</b>				
<b>Casa sem acesso a água enganada</b>				
<b>Casa sem acesso a coleta de lixo</b>				
<b>Ruas sem anti-pó e/ou asfalto</b>				
<b>Área de ocupação irregular</b>				
<b>Público atendido</b>	<b>Sim</b>	<b>Se sim, quantos?</b>	<b>Não</b>	<b>Desconheço</b>
<b>Gravidez na adolescência</b>				
<b>Adolescentes no trafico</b>				
<b>Idosos que residem sozinho</b>				
<b>Criança em situação de risco</b>				
<b>Adolescente em situação de risco</b>				
<b>Idosos em situação de risco</b>				
<b>Pcd em situação de risco</b>				
<b>Mulher vitima de violência doméstica</b>				
<b>Crianças ou adolescentes fora da escola</b>				
<b>Criança ou adolescentes em trabalho infantil</b>				
<b>Alcoolismo ou drogadição</b>				

<b>Pesquisa Qualitativa</b>
<b>Pontos positivos do território</b>
<b>Pontos negativos do território</b>
<b>O que poderia ser feito para melhorar</b>

**Araucária, \_\_\_/\_\_\_/ 2017.**



## ANEXO 3

### Termo de Livre Consentimento

Prezado(a) participante:

Sou estudante do curso de pós graduação na Faculdade Federal do Parana - UFPR. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do(a) professor(a) Helena M cujo objetivo é fazer o diagnóstico social do território de Campina da Barra

Sua participação envolve em responder o formulário de forma anônima, preservando a identidade dos usuários e a do participante.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo, só peço que considera a importância da realização desse estudo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) fone 41 999195226 ou pela entidade responsável – Comitê de Ética da UFPR

Atenciosamente

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do(a) estudante  
Matrícula:

\_\_\_\_\_  
Local e data

**Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.**

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Local e data

